



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

A “INDÚSTRIA SOCIAL” DA FÁBRICA DE MACEIRA-LIZ: Política social e operariado na indústria do cimento

António Pedro Pombo^{*}

Introdução

Este artigo reproduz parcialmente o resultado de uma investigação sociológica realizada na empresa CMP — Cimentos Maceira e Pataias/Fábrica de Maceira-Liz (Leiria), entre 1994 e 1995, sobre os *aspectos sociais e culturais* da referida fábrica, com particular incidência nas políticas sociais promovidas pela direcção da empresa com o operariado fabril como destinatário.

Mais exactamente, tratou-se de estudar as origens e a evolução histórica de uma estratégia empresarial concreta de promoção de condições de vida e de trabalho essenciais para o operariado — tais como a habitação, a saúde, a segurança social, a educação, a cultura, o lazer e outras —, genericamente designada por *política social*.

A indústria do cimento em Portugal

O período pré-Portland (1866-1891)

Descoberto em 1824 por Joseph Aspdin, um oleiro de Manchester, o cimento artificial *Portland* registou uma rápida difusão nos países onde o processo de industrialização se achava mais adiantado, com a Inglaterra à cabeça (quatro fábricas de cimento em 1830, apenas seis anos passados sobre o invento). Em breve este país seria seguido pela França (três unidades registadas em 1856) e pela Alemanha (onde a primeira fábrica cimenteira surge em 1855). Nos Estados Unidos da América, em contrapartida, a primeira unidade fabril de cimento aparece apenas em 1865. Como corolário desta expansão, o cimento adquire importância como material privilegiado de construção a partir dos finais do século XIX, em plena fase de consolidação do processo de desenvolvimento industrial iniciado em Inglaterra nas últimas décadas do século anterior. Em Portugal, o interesse pela questão do cimento desperta na última década do século XIX, particularmente no espírito de alguns engenheiros e empresários. Já antes, porém, o desenvolvimento desta indústria, na sua fase inicial ou “pré-Portland”, havia passado por uma sucessão atribulada de experiências que, regra geral, resultaram num produto de deficiente qualidade e incapaz de concorrer com os cimentos produzidos no estrangeiro.

Prelúdio da “era moderna” do cimento (1892-1923)

A segunda fase da indústria cimenteira portuguesa, que permitiu a sua consolidação e anunciava já a “modernidade” do sector, iniciou-se com a instalação de uma fábrica em Alhandra (concelho de Vila Franca de Xira), em 1892. Esta fábrica representou a primeira exploração de cimento artificial Portland do país — o cimento “Tejo” —, em virtude da concessão, pelo rei D. Carlos, da patente de introdução do novo cimento no país por um período de dez anos. O sector cimenteiro português regista um período de forte crescimento durante o primeiro quartel do século XX, altura em que surgem novas unidades fabris, atraídas pelo fim da patente atribuída ao cimento “Tejo”. No entanto, a debilidade (quantitativa e qualitativa) desta indústria estava patente nos níveis da produção nacional de cimento, a rondar as 15.000 toneladas por ano, para um volume de importação na ordem das 45.000 toneladas anuais.

Na sequência destas iniciativas pioneiras, a “Empreza de Cimentos de Leiria” (ECL), projecto de um

grupo de técnicos e capitalistas liderado por Henrique Araújo de Sommer, é constituída em 1919, dando origem à construção, na freguesia de Maceira, de uma fábrica de cimento Portland (inaugurada oficialmente a 3 de Maio de 1923) e à marca “Liz” (comercializada a partir de Julho desse ano). A Fábrica “Liz” atingiu, logo nos primeiros tempos, a cifra das 50.000 toneladas de produção anual, o que representava mais do triplo da produção total do país.

Com a entrada em laboração da Fábrica “Liz”, inaugurava-se também a “era moderna” da indústria do cimento em Portugal, graças ao emprego de condições inéditas de fabrico a nível nacional (de que são exemplo o primeiro forno rotativo da indústria cimenteira portuguesa, instalado em 1920, e o laboratório de controlo). De facto, o grau de modernização tecnológica introduzido por esta fábrica, na dianteira da capacidade então instalada nesta indústria no país, obrigaria as suas congéneres (as unidades de Alhandra e da Rasca/Outão) a proceder a sucessivas inovações qualitativas, de modo a garantir a concorrência com o cimento “Liz”.

Nas origens da Fábrica de Cimento “LIZ”

Para o aparecimento da Fábrica de Maceira-Liz, foi decisiva a acção de um punhado de individualidades que se empenharam com dedicação neste projecto industrial arrojado. Este grupo, heterogéneo e multifacetado, assente numa mistura curiosa de “engenheiros-militares”, era constituído por José Osório da Rocha e Mello (engenheiro civil), Amável Jardim Granger (engenheiro químico e militar), Gastão Benjamin Pinto (idem) e José de Sommer Ribeiro (militar), sobressaindo, porém, a personalidade determinada e a acção criadora do “capitalista” Henrique Sommer.

De resto, é no percurso familiar e pessoal deste último que se encontram algumas das “chaves” que permitem compreender melhor as condições da ulterior criação da Fábrica de Maceira-Liz. Nascido em Lisboa a 29 de Junho de 1886, “*em ambiente de abastança e trabalho*”, Henrique Sommer partiu com 16 anos para Inglaterra, onde completou os estudos e se empregou numa casa comercial. No regresso a Portugal, juntou-se ao pai na “Casa Sommer & Comandita”, à época a mais importante firma de comércio de metais do país, ascendendo a gerente com apenas 26 anos de idade. Durante esta experiência profissional, promoveu uma rápida expansão dos negócios da firma, tendo contactado com os importadores nacionais de cimento e avaliado as potencialidades do sector, então quase totalmente dependente do fornecimento de outros países. O jovem capitalista comerciante, porém, desejava tornar-se um jovem capitalista industrial, como desde cedo confidenciou em conversas com amigos, abrindo aos negócios familiares novas e mais alargadas perspectivas lucrativas...

A fase de instalação (1918-1923)

Formalmente, o processo de constituição da ECL inicia-se em finais de 1918, com a realização dos estudos preliminares para a criação de uma fábrica cimenteira na região de Maceira, e termina quase cinco anos mais tarde, em Maio de 1923, data da inauguração da Fábrica de Cimento “Liz”. Foi, porém, num contexto industrial quase desolador que Henrique Sommer iniciou os preparativos da criação em território nacional de uma fábrica cimenteira, não obstante a sua capacidade de iniciativa e o avultado capital pessoal e familiar de que dispunha para investir. Efectivamente, quando se avança para a instalação da Fábrica “Liz” — no final da guerra de 1914-1918 —, a situação global da indústria portuguesa do cimento não era animadora: condições técnicas de fabrico rudimentares, parque industrial debilitado, reduzida capacidade de produção, etc.

Entretanto, na mesma época, um jovem engenheiro civil recém-formado mas já reputado como um técnico promissor — de seu nome José Osório da Rocha e Mello — procurava também reunir os meios necessários, nomeadamente financeiros, para concretizar um projecto idêntico. A posterior união da sua valia técnica ao capital de investimento detido por Henrique Sommer foi o motor fundamental de uma frutuosa aliança, que levaria à constituição da ECL (a 30 de Outubro de 1919) e à edificação da Fábrica de Cimento “Liz” (entre 4 de Julho de 1920 e 3 de Maio de 1923).

O percurso destes homens nesta fase não foi, contudo, isento de dificuldades, as quais vieram conferir ao processo de criação da fábrica laivos de uma verdadeira e gigantesca “saga”. Desde logo, a profunda desvalorização do escudo, provocada pela subida em flecha do valor da libra inglesa, que constituiu um obstáculo de monta para Henrique Sommer. A sua fortuna familiar e pessoal (avaliada em cerca de 18 mil contos, segundo cálculos de 1920) começava a revelar-se insuficiente para cobrir as despesas decorrentes da instalação da fábrica — pagamento dos salários, da maquinaria, etc. —, tendo sido necessário procurar novas fontes de financiamento (como o recurso a empréstimos bancários) de modo a sustentar a laboração e a pagar aos cerca de 500 trabalhadores. Por outro lado, também se depararam à equipa de industriais alguns obstáculos de natureza logística, relacionados com a quase total ausência de infra-estruturas no local (apenas uma estrada

ligava Maceira a Leiria, terminando a vários quilómetros da Gândara) e o seu carácter inóspito. Assim se decidiu construir, em 1921, um ramal ferroviário privativo, cujos cinco quilómetros ligam a fábrica à rede nacional de caminhos-de-ferro, medida que permitiu o transporte de materiais pesados (nomeadamente maquinaria) até à fábrica.

No aspecto humano, a construção da fábrica implicava o concurso de numerosa mão-de-obra, entre operários, artífices e serventes, os quais foram recrutados na região (cerca de 40%) mas, sobretudo, noutras partes do país (60%). A quase totalidade do pessoal técnico qualificado, por seu lado, era de origem alemã, contratado por Rocha e Mello aquando da sua deslocação àquele país. Certamente não por acaso, os anos de maior crescimento demográfico de Maceira (de 1920 a 1940) iniciaram-se na mesma altura em que a Fábrica “Liz” dava os primeiros passos. Dois factores, relacionados entre si, explicam esta coincidência: por um lado, o movimento migratório dos operários vindos de vários pontos do país (norte e interior centro), atraídos pela oferta de trabalho na construção da fábrica; por outro, o crescimento natural da população residente em Maceira (entre nativos e migrantes), graças à melhoria do rendimento das famílias proporcionada pelos novos empregos, que assim fomentou as uniões e a fecundidade. As obras fabris incluíram ainda a construção de diversos equipamentos expressamente para o efeito, tais como um conjunto de barracas de madeira para a acomodação dos operários (designada “Ilha da Madeira”); uma fábrica de cerâmica, destinada a garantir o abastecimento dos oito milhões de tijolos e das 500 mil telhas necessários à edificação da obra; uma fábrica de barricas, para a expedição do cimento; uma oficina de carpintaria e pintura; dois fornos de cal; um posto médico; e vários pontos de captação de água, que não abundava na região.

Finalmente, a 3 de Maio de 1923, a Fábrica de Maceira era oficialmente inaugurada, por entre festejos e elogios à obra inovadora, iniciando a sua laboração poucos dias depois. Logo neste ano, a fábrica produziu sete mil toneladas de cimento Portland de elevada qualidade, cumprindo-se um dos objectivos propostos por Henrique Sommer: igualar o nível qualitativo dos cimentos produzidos no estrangeiro. A crise económica do pós-guerra, contudo, havia imposto um atraso de cerca de um ano e meio para que aquele dia pudesse chegar, bem um aumento brutal dos custos da instalação da fábrica, que atingiram nove vezes o capital inicialmente disponível...

O “paternalismo industrial” (1923-1944)

Este novo período da fábrica marcou o início de uma política empresarial de tipo “paternalista”, baseada na autoridade protectora de um “chefe” (Henrique Sommer). Aliás, as preocupações de carácter social patentes na organização fabril de Maceira-Liz — no que respeita ao nível de vida dos trabalhadores — assumiram um papel central na consolidação da estratégia económica da ECL e na normalização das relações entre patrões e operários, procurando-se esbater uma potencial “luta de classes”.

A principal razão para a implementação desta política social encontra-se, desde logo, na necessidade de vencer determinados fenómenos de resistência à instalação da fábrica no lugar da Gândara evidenciados pelos habitantes da freguesia, os quais radicavam em variados factores. Por um lado, à medida que a industrialização avançava, cresciam as ameaças à estrutura socioeconómica eminentemente rural de Maceira: a alteração da estrutura do emprego (com a massificação do proletariado fabril), a introdução do salário regular (por oposição à incerteza dos rendimentos agrícolas), o crescimento urbano (devido ao aumento da população), etc. Começava, assim, a desenhar-se, nesses anos recuados de 1920-1923, o “lento processo de desruralização” (Armando Castro) que perduraria até aos nossos dias em Maceira.

Por outro, a indústria cimenteira emergente veio pôr a descoberto universos sociais frequentemente contraditórios, resultado da convivência forçada de homens e mulheres com modos de vida, interesses e quadros mentais divergentes. São disso exemplo os pequenos proprietários agrícolas ciosos dos benefícios da sua actividade, os operários recém-chegados em busca de melhores oportunidades de trabalho, os agricultores que abandonam a sua ocupação em troca da garantia de salário oferecida pela indústria, entre outros.

Por outro lado ainda, a população mostrava-se hostil à construção de uma “fortaleza” na proximidade das suas habitações, identificando o monumental edifício (e o burburinho à sua volta) com a iminência de uma “guerra civil” e os seus promotores com uma concentração de “republicanos”, “mações” e “ateus”. A acrescentar a estes receios, os operários empregues na obra (na sua esmagadora maioria vindos do Norte do país) eram mal vistos pelos maceirenses, que os reputaram como potenciais focos de “desordem”. A perda de terrenos (adquiridos pela ECL para a construção da fábrica), a destruição de culturas (em virtude dos fumos e do pó intensos produzidos pela fábrica) e a consequente ameaça da actividade agrícola (que constituía o principal meio de subsistência económica das famílias da região) constituíram outras tantas razões que motivaram a hostilidade dos residentes relativamente à nova fábrica.

Para esta amálgama de receios e ressentimentos populares contra a industrialização de

Maceira contribuíram múltiplos factores, mormente de ordem social e cultural, alguns dos quais profundamente enraizados nas mentalidades e nos hábitos locais: a memória dos conflitos recentes (regicídio, revolução republicana de 1910 e guerra de 1914-1918); o ambiente de instabilidade política e anticlericalismo então vivido no país (no período da I República); os ecos da revolução bolchevique na Rússia, ampliados pelo fervor da religiosidade popular em torno das “aparições de Fátima” (ambos em 1917); a consciência monárquica e católica solidamente implantada na região; entre outros.

Foi, portanto, com o objectivo de conquistar a adesão e a participação dos maceirenses nesta fase embrionária do projecto industrial que começou a ser realizado em Maceira um importante esforço de *enquadramento* do operariado, assente numa organização a um mesmo tempo social, religiosa, cultural, educativa e económica — chegando a ser considerado um “arrabalde da utopia”.

Desde logo, ao nível da economia doméstica, a garantia de salário regular e o seu valor relativamente elevado (face à exiguidade dos rendimentos agrícolas) foram factores que atraíram mão-de-obra para o trabalho na fábrica, ajudando muitos maceirenses a libertar-se de uma situação de pobreza crónica — relacionada com o alto índice de fecundidade das famílias e o magro sustento retirado da pequena agricultura de subsistência.

No plano religioso, decidiu a Direcção da fábrica instituir no calendário oficial da fábrica a celebração de determinadas festividades-*chave* (festas de S. José “Operário”, a 19 de Março, e do Sagrado Coração de Jesus, no mês de Junho) e promover a prática dos rituais católicos (missa e confissões), a que se juntou a comemoração anual da inauguração da fábrica (3 de Maio), também em moldes religiosos.

Finalmente, no capítulo da assistência social, a empresa mandou construir nas imediações da fábrica um complexo composto por diversas casas de habitação, arruamentos, pequenos jardins, um parque verde e vários outros equipamentos de uso colectivo. Assim nasceu o “Bairro do Pessoal” da ECL, a que se juntaram, com o tempo, a cantina de abastecimento, o restaurante, duas escolas primárias, o posto médico, a farmácia, a caixa de previdência, o balneário, a barbearia, a colónia de férias para crianças (na praia de S. Martinho do Porto), o desporto e a capela, tudo coordenado por um organismo criado para o efeito, a “Casa do Pessoal”. A ambiciosa política social da ECL começava a ganhar corpo e a surtir as reacções desejadas. Com o tempo, os sentimentos negativos dos habitantes de Maceira relativamente à fábrica foram sendo atenuados (sem, contudo, chegar a desaparecer completamente) pelas importantes realizações da ECL naquela área, mormente tratando-se de uma região desprovida de infra-estruturas básicas e de equipamentos socioculturais.

Porém, a guerra civil de Espanha (1936-1939) e, principalmente, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) assinalaram um novo período de crise na fábrica de Maceira. Por força desta conflagração, a indústria cimenteira lutou contra grandes dificuldades no abastecimento de materiais e combustíveis e no equipamento de peças, que se reflectiram no retraimento da produção do cimento. Não obstante, a política de *stocks* seguida na Fábrica de Maceira-Liz, mormente ao nível de peças e de combustível, conseguiu evitar de forma eficaz uma maior repercussão dos efeitos da guerra. Muitos foram os refugiados de guerra de várias nacionalidades (franceses, italianos, etc.) que passaram ou se instalaram em Maceira, tendo encontrado em Henrique Sommer e em Rocha e Mello dois convictos “aliadófilos”.

Com o desaparecimento de Henrique Sommer em 1944, chegava também ao fim um ciclo fundamental na vida da ECL, preenchido pelo labor de uma notável geração de homens práticos. A maioria deles assegurará ainda a transição para o segundo período de actividade da Empresa, que se caracterizará por um estilo de liderança diferente e por uma nova estratégia empresarial.

A formação do “grupo Champalimaud”

Ao mesmo tempo que findava a chefia de Henrique Sommer, começava uma nova fase na vida da Fábrica de Maceira-Liz, aberta pela nomeação do seu “*dilecto sobrinho*”, António de Sommer Champalimaud, para o cargo de Administrador-Delegado da ECL. Mantinha-se, com esta sucessão, a “regra” de colocar em postos-chave da empresa pessoas jovens e provadamente dinâmicas, como era então o novo líder industrial, de 26 anos de idade (os dois últimos passados já como membro da administração da empresa).

Fortemente adepto das ideias industrialistas então em voga no país, António Champalimaud procurou desde logo contrariar o marasmo em que se achava o sector secundário nacional (particularmente no sector do cimento) e definir-se como um *industrial* — posição não isenta de controvérsia num país que permanecia preso à ideologia “essencialmente rural” salazarista e em que vigorava, desde há vários anos, uma política de condicionamento da actividade industrial. No entanto, o alcance das mudanças introduzidas na ECL por António Champalimaud, após a morte do tio, foi bem mais profundo do que à primeira vista poderiam indicar as intenções de alguém que se considerava o sucessor natural do fundador da empresa e o continuador por excelência da sua obra. O mesmo é dizer que, se a sua actuação visou a continuação da obra iniciada pelo seu tio, não deixou também de, *simultaneamente*, procurar romper com o Com a chegada de António

Champalimaud ao comando, a ECL não mais seria moldada à medida e à imagem do seu fundador — assente numa cultura familiar, paternalista e com uma forte sensibilidade social — mas seguiria, pelo contrário, uma estratégia renovada de modernização das estruturas, alargamento das fronteiras e agressividade nos negócios. É, por consequência, no seu estilo de liderança — fortemente personalizado — e na estratégia económica que delineou para a Empresa — expansionista e concentracionista — que devem ser procuradas as motivações essenciais de uma das suas mais polémicas e contestadas decisões: a de proceder a significativos cortes nos custos da Fábrica de Maceira-Liz, em particular nas áreas laboral e social (despedimento de uma centena de operários, suspensão de verbas para a construção de casas no Bairro do Pessoal, etc.), desviando recursos financeiros para a constituição do seu futuro “império” económico. Esta decisão de António Champalimaud de “desinvestir” na expansão do Bairro de Maceira-Liz marcaria, com efeito, o fim de uma fase de crescimento contínuo do bairro e das suas estruturas adjacentes, o qual, a partir de então, não mais viveu tempos de optimismo. Vejamos, porém, mais em detalhe como se processou a evolução deste importante complexo habitacional, nos seus aspectos urbanísticos e sociais.

A “Cidade do Cimento”

O despertar da urbanização do futuro Bairro do Pessoal da ECL acontece logo em 1920, no mesmo ano em que é lançada a primeira pedra de construção da fábrica. É nesta época que se situa, por consequência, o primeiro “surto” urbanístico da região por iniciativa da ECL, que viria a dar forma ao Bairro do Pessoal da Fábrica de Maceira-Liz — pelas suas características únicas, um dos mais significativos exemplos de planeamento urbano de tipo fabril ou “operário” existentes em Portugal. A particularidade deste bairro, elaborado de acordo com um plano global prévio (preocupação rara na época), reside no seu carácter absolutamente *integrado*, ou seja, no equilíbrio interno de um conjunto habitacional, social e recreativo, sem descontinuidades ou rupturas ao nível da ocupação espacial. Assim, no plano habitacional, o bairro é composto por várias dezenas de casas unifamiliares e ajardinadas (chegou a contar com centena e meia de casas para dois milhares de habitantes), construídas em alvenaria e dotadas de boas condições de habitabilidade, assumindo um carácter rigorosamente planeado aos mais diversos níveis: formas, dimensões, cores, origem e qualidade dos materiais (privilegiando os de fabrico nacional), etc. São ainda de destacar alguns aspectos pouco usuais na construção civil da época (mormente ao nível dos bairros operários), como a preocupação com o saneamento e a saúde pública.

Do ponto de vista da tipologia habitacional, são facilmente identificáveis dois modelos principais: de um lado, as moradias dos “engenheiros”, dispostas numa única fileira situada *estrategicamente* entre a fábrica (símbolo do trabalho) e a capela (símbolo da ordem moral), com um portão de acesso privativo ao perímetro fabril, de dimensões largamente superiores às restantes casas e com uma traça arquitectónica exterior de inspiração marcadamente “germânica”, factores que lhes conferem uma inegável imponência visual e um sinal de *distinção* relativamente às demais; do outro, as casas para os operários (térreas) e os capatazes (com primeiro andar), com uma arquitectura de raiz tradicionalista e nacionalista (evocando o paradigma da “casa portuguesa” de Raul Lino), com um pequeno jardim à frente e nas traseiras (ao estilo da casa industrial inglesa). Um aspecto interessante é a localização das habitações dos capatazes nas extremidades de cada fileira de casas operárias: nota-se, também aqui, um forte sentido *estratégico* do ordenamento do espaço residencial, exercendo neste caso uma clara função de controlo da vida social e familiar dos operários.

Para além das casas de habitação, o Bairro de Maceira-Liz dispunha ainda de um extenso conjunto de edifícios e equipamentos colectivos pertencentes à ECL, construídos em várias fases, tais como: a Casa do Pessoal, duas escolas primárias, posto médico, caixa de previdência, balneário, barbearia, restaurante, capela, parque infantil, cantina/cooperativa de consumo, campo de ténis, campo de futebol, pista de atletismo e piscina, entre outros.

Do conjunto destes equipamentos resultou uma completa organização social, cultural e religiosa, complementar da organização fabril, que obedeceu a objectivos bem determinados. Primeiramente, fazia-se sentir uma imperiosa necessidade de atrair e fixar a mão-de-obra indispensável à laboração da fábrica, promovendo a criação de condições de vida e de trabalho numa região desprovida sob esse ponto de vista. Em segundo lugar, estava em causa uma preocupação real com o bem-estar e a promoção sociocultural dos trabalhadores, à semelhança de anteriores experiências sociais promovidas em meio fabril (casos de Saint-Simon, Owen, Fourier, Considérant e outros). Em terceiro lugar, a proximidade do bairro relativamente à fábrica devia-se a um esforço de adequar o ritmo e os horários de trabalho vigentes na indústria ao modo de vida dos “novos operários”, na sua maioria ex-camponeses (ou praticando actividades agrícolas a tempo parcial). Finalmente, não seria alheio a este programa social o receio da ocorrência de sublevações operárias — mais a mais numa época em que muita da propaganda do poder

político assentava na “demonização” das ideias comunistas —, gerando-se assim uma malha apertada de controlo dos tempos de trabalho e de lazer do pessoal fabril.

A “Casa do Pessoal”

Este “organismo de cooperação social”, localizado no centro do Bairro de Maceira-Liz, foi criado em 1934 com três finalidades essenciais: assegurar a “previdência e assistência” aos seus associados, a sua “instrução” e os “progressos locais”. Em conformidade com estes fins, a Casa do Pessoal da ECL assegurava um sem-número de iniciativas em áreas tão diversificadas como o desporto, a recreação, o cooperativismo, a previdência, a saúde, a educação e a cultura.

Nos aspectos recreativo e desportivo, a Casa do Pessoal teve ao longo dos anos uma intensa actividade, mercê dos equipamentos disponíveis para a prática de jogos e desportos. É o caso dos campos de futebol, voleibol, ténis e minigolfe; das pista e caixas de saltos para atletismo; do recinto cimentado para hóquei em patins, basquetebol, futebol de salão e outros; da carreira de tiro; da primeira piscina; da sala de jogos com bilhar, ténis de mesa, cartas e tabuleiros de jogos, entre outros. A Casa do Pessoal notabilizou-se, também, pela actividade cooperativa e de previdência prosseguida em diversas áreas, nas quais se incluem a Cantina (hoje Cooperativa do Pessoal da ECL), o Restaurante, o Botequim, a Farmácia o Balneário (com duches gratuitos para operários e crianças), a Barbearia, a Caixa de Crédito, a Caixa de Previdência (a primeira iniciativa deste tipo a nível nacional) e o Serviço Social (encarregue de estabelecer a mediação entre a direcção fabril e os trabalhadores e respectivos agregados familiares, em assuntos de interesse comum).

Ao nível dos cuidados de saúde, o Bairro de Maceira-Liz dispunha de uma farmácia, de medicina escolar e de um muito concorrido Posto Hospitalar (dotado dos mais avançados equipamentos da época, tais como laboratório, salas de estomatologia, cirurgia e parto, raio x, etc.).

Por outro lado, os diversos equipamentos culturais e recreativos existentes permitiram aos residentes no bairro uma intensa e variada actividade a este nível: é o caso, nomeadamente, da Biblioteca (composta por várias centenas de volumes, jornais e revistas), do Cinema (com sessões regulares e quase sempre esgotadas), do Teatro, da Banda de Música, do Rancho Folclórico, da Orquestra, de um jornal (*Cimento*), da realização regular de festas, bailes populares e conferências, etc..

Finalmente, outro dos aspectos considerados fundamentais pelos responsáveis da empresa, no âmbito da “obra social” de Maceira-Liz, foi a promoção da instrução escolar dos filhos dos trabalhadores, assim como dos próprios operários. Assim, a uma primeira Escola Primária, seguir-se-ia a abertura de uma segunda escola (ambas privativas da ECL), cantina (onde se confeccionavam almoços gratuitos para as crianças com menos posses), colónia balnear (em S. Martinho do Porto) e ginásio. Estava, deste modo, concluído o complexo escolar da Fábrica de Maceira-Liz, cuja frequência chegou a ultrapassar as duas centenas de alunos em cada ano lectivo, distribuídos pelo ensino primário (rapazes e raparigas), classe infantil e aulas nocturnas (apenas para operários adultos).

Para além da promoção do ensino primário junto das crianças de Maceira-Liz, outra função “nobre” da ECL consistia na instrução dos operários fabris, dos mais novos aos mais velhos, onde abundava o pessoal iletrado. Dando início a este projecto educativo, a empresa autoriza o funcionamento de um curso primário nocturno para os operários com idade superior a 13 anos, com uma lotação máxima de 60 pessoas.

Conclusões

A partir deste estudo sobre a história e a organização da Fábrica de Maceira-Liz, emergiram os contornos de uma política social *específica* da empresa, apontando para a existência de modalidades próprias de “assistência social” aos operários. Assim se prefigurou, com efeito, um modelo de organização social em meio fabril notável pelas suas múltiplas particularidades, porventura único no universo da indústria portuguesa.

Neste contexto, destacam-se três características principais — ou *eixos estruturantes* — da política social posta em prática em Maceira-Liz. São elas: o seu carácter planeado, global e integrado; a complementaridade dos aspectos económico e social; e a substituição da iniciativa privada à intervenção estatal.

A política social da Fábrica de Maceira-Liz caracterizou-se, em primeiro lugar, pela concepção de um conjunto articulado de modalidades de “assistência social” dirigida aos operários fabris, às chefias intermédias e aos respectivos agregados familiares. Por outras palavras, esta política social resultou num programa global ao nível dos objectivos e integrado do ponto de vista do cruzamento das várias “subpolíticas” sectoriais (habitação, saúde, educação, etc.), revelando-se, por isso, uma política social (no) singular e coesa (e não apenas um somatório de medidas mais ou menos descoordenadas).

A unidade fabril vertente é, por outro lado, um caso paradigmático da tentativa de nivelar os aspectos *económicos* e *sociais*, habitualmente concorrentes e dificilmente conciliáveis, empreendida na mesma época por alguns capitalistas portugueses. Afinal, no equilíbrio entre a lucratividade da empresa e o bem-estar dos trabalhadores — ou seja, na idealização/construção de uma “indústria-providência” (à maneira do Estado-providência) —, residia a (única) garantia de subsistência da própria fábrica e das famílias operárias, tal como o perceberam desde cedo os responsáveis da Fábrica de Maceira-Liz.

Finalmente, o terceiro e último eixo realça a importância (e o pioneirismo, nalguns casos) assumida pela iniciativa de alguns (poucos) “patrões esclarecidos” no campo das políticas sociais e operárias, substituindo-se a um Estado-providência débil (caso do período do “Estado Novo”) e suprimindo, portanto, a insuficiência do investimento estatal neste campo.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Nunes de, *A Fábrica e a Família. Famílias operárias no Barreiro*, Col. Estudos e Documentos sobre a História Local, Câmara Municipal do Barreiro, 1993;
- BENEVOLO, Leonardo, *As Origens da Urbanística Moderna*, Col. Dimensões, Editorial Presença, Lisboa, 1981;
- BRANDÃO, Raul, *Os Operários*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1984;
- BRITO, José Maria Brandão de, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965) - O Condicionamento Industrial*, Col. Universidade Moderna, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989;
- CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria, 2 Vols.*, Câmara Municipal de Leiria, 1993 (2ª ed. aumentada);
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Proletariado - O Nome e a Coisa*, Ensaios, A Regra do Jogo, Lisboa, 1983;
- Idem, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Col. Métodos, Editorial Presença, Lisboa, 1988 (2ª ed.);
- CHAMPALIMAUD, António, *A Herança de Henrique Sommer: Aspectos desconhecidos*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1972;
- CHOAY, Françoise, *O Urbanismo. Utopias e realidades, uma antologia*, Col. Estudos, Editora Perspectiva, São Paulo, 1979;
- COSTA, Fernando Ferreira da, *Doutrinadores Cooperativistas Portugueses - Subsídios para o estudo do sector cooperativo português*, Col. Horizonte Universitário, Livros Horizonte, Lisboa, 1978;
- COSTA, Ramiro da, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal: 1820-1975, 2 Vols.*, Cadernos Peninsulares/Ensaio Especial, Assírio e Alvim, Lisboa, 1978;
- CUSTÓDIO, Jorge, *Museu do Cimento: Bases para a sua instalação (2ª versão)*, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Lisboa, 1990 (policopiado);
- ENGELS, Friedrich, *A Questão do Alojamento*, Cadernos para o Diálogo, Porto, 1971;
- JOLL, James, *A Europa Desde 1870*, Col. Universidade Moderna, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982;
- LINO, Raúl, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, Valentim de Carvalho, Lisboa, 1933 (2ª ed.);
- MARGARIDO, Alfredo, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Col. Sociologia e Política, Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1975;
- MARTINS, Maria Belmira, *Sociedades e Grupos em Portugal*, Col. polémica (Nova Série), Editorial Estampa, Lisboa, 1973;
- NUNES, Adérito Sedas, *Situação e Problemas do Corporativismo. Princípios corporativos e realidades sociais*, Coleção de Estudos Corporativos, Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, Lisboa, 1954;
- Idem, *Princípios de Doutrina Social. Os problemas da organização social no pensamento da Igreja*, Col. Sociológica, Editorial Logos, Lisboa, 1958;
- OLIVEIRA, César (org.), *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*, Dossier Leitura, Brasília Editora, Porto, 1971;
- OLIVEIRA, Gil Braz de, *Evocação de José Osório da Rocha e Mello*, CIMPOR, Lisboa, 1991;
- PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947, 2 Vols.*, Col. Análise Social, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1995;
- PEREIRA, Luísa D. S. Teotónio, *Uma Perspectiva sobre a Questão das «Casas Baratas e Salubres» (1881-1910)*, 1981 (n/publicado);
- PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LEIRIA, *Diário da República*, I Série - B, 4-9-1995;
- SÁ, Victor de, *A Crise do Liberalismo - e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1978 (3ª ed.);

STILWELL, Peter (org.), *Caminhos da Justiça e da Paz: Doutrina social da Igreja - 1891/1991*, Col. Magistra, Rei dos Livros, Lisboa, 1993 (3ª ed.);

TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português - Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Biblioteca Ulmeiro, Lisboa, 1977;

VÁRIOS, *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Câmara Municipal de Leiria, 1991;

VÁRIOS, *O Fascismo em Portugal, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Biblioteca de História, A Regra do Jogo, Lisboa, 1982.

*

- Licenciado em Sociologia
